

A GESTÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL SUCROALCOOLEIRO NO NORTE DO PARANÁ

THE MANAGEMENT OF THE TERRITORY FOR SUGARCANE CAPITAL IN THE NORTH OF THE PARANÁ

Marcos Antonio de Souza¹
geomarcos86@yahoo.com.br

RESUMO

Toda produção econômica possui uma determinada territorialidade, cuja gestão deste território está orientada no desenvolvimento de estratégias que primem pela rentabilidade da produção, prioritariamente em patamares diferenciais. Partindo-se da premissa de que o território não é uma mera localização, a agroindústria canavieira não se localiza pura e simplesmente em uma base física qualquer. Antes, há uma seletividade espacial marcada pelas disputas territoriais e a partir destas há o exercício do controle sob os elementos necessários para realizar a sua produção, subordinando a terra, a força de trabalho, os recursos naturais ao seu negócio que prima pela reprodução ampliada do capital. Trata-se na verdade de um conjunto de estratégias espaciais, onde o poder econômico ao controlar o território, reserva para si a gestão deste no âmbito do pacto social engendrado pelos grupos hegemônicos, resultando em um território gerido e ordenado pelo capital que aí se territorializou. Nesse contexto, este trabalho busca apresentar as principais estratégias espaciais dos agroindustriais do setor canavieiro desenvolvidas nas últimas três décadas no Norte do Paraná.

PALAVRAS-CHAVES: Gestão territorial, agronegócio sucroalcooleiro, estratégias espaciais, disputas territoriais.

ABSTRACT

All production has an economic territoriality, the management of this area is focused on developing strategies that excel for the profitability of production, primarily in differential levels. Starting from the premise that the territory is not just a location, the sugarcane industry is not located simply in a physical basis whatsoever. Rather, there is a marked spatial selectivity by territorial disputes and from these there is the exercise of control over the elements necessary to achieve its production, subordinating land, labor, natural resources to its business that excels in the reproduction of capital. This is actually a set of spatial strategies, where the economic power to control the territory, reserve to themselves the management of this under the statutes engendered by the hegemonic groups, resulting in a territory administered by the capital and ordered that there be territorialized. In this context, this paper seeks to present the main spatial strategies of sugarcane agro industry developed in the last three decades in northern Paraná.

KEY WORDS: land management, agribusiness sugarcane, spatial strategies, territorial disputes.

Introdução

Foi somente a partir da década de 1970 e com mais intensidade após os anos 1980 que o agronegócio canavieiro se expandiu de forma vertiginosa sobre o estado do Paraná, que passou da sexta para a segunda posição no *ranking* nacional da produção canavieira.

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina UEL.

A porção setentrional do estado foi e continua sendo o *locus* privilegiado desta expansão em virtude da produtividade espacial diferenciada encontrada nesta, uma vez que há uma combinação convergente dos fatores de produção da canavicultura mercantil.

Nesse contexto, a gestão empresarial dos agroindustriais, como de qualquer outro setor econômico, possui um cunho territorial específico, a de garantir as condições necessárias para permitir a reprodução do capital investido na produção.

A este respeito, Thomaz Júnior (1998, p.08) aponta que esta “[...] gestão do capital sobre o território pode ser vista [...] como sendo sua própria autogestão territorial, pois é no limite territorial da abrangência da estrutura empresarial, traduzida na materialização da produção [...]” onde se consolida o foco das estratégias espaciais adotada pelos empresários agrícolas do setor sucroalcooleiro.

E isto equivale dizer que estas estratégias espaciais, indissociáveis da gestão empresarial, e que tem variado ao longo do tempo, delimitam o raio de atuação, assim como as ações do agronegócio sucroalcooleiro, consolidando nestes domínios os contornos da própria gestão do território pelo capital.

Em primeiro lugar, quando se faz referência à territorialização do agronegócio canavieiro, se está falando do processo pelo qual os grupos detentores do capital empregado nesta atividade econômica se apropriam física e simbolicamente de uma porção do espaço geográfico, delimitando desta forma sua área de atuação, ou seja, seu território, conforme elucida Raffestin (1993, p.143).

Sendo assim, o território não é uma mera localização. A agroindústria canavieira não se localiza pura e simplesmente em uma base física qualquer. Antes, há uma seletividade espacial, e a partir desta há o exercício do controle sob os elementos necessários para realizar nesta porção espacial elegida, a produção sucroalcooleira em patamares diferenciais.

E ao delimitar a sua área de atuação, acaba subordinando a terra, a força de trabalho, os recursos naturais ao seu negócio que prima pela reprodução ampliada do capital.

Trata-se na verdade de um conjunto de estratégias espaciais, onde o poder econômico ao controlar o território, reserva para si a gestão deste no âmbito do pacto social engendrado pelos grupos hegemônicos, resultando em um território gerido e ordenado pelo capital que aí se territorializou.

Assim há uma clara e evidente produção de formas espaciais e práticas sociais bem específicas, produzidas no âmbito desta territorialização, cuja concretude no visível e no invisível (essência e aparência) são os limites deste território.

E as delimitações destes territórios se dão através de relações de poder, como aponta Raffestin (1993, p.144), poder este que emana dos grupos detentores do capital investido na agroindústria canavieira e que travam uma luta com outras formas territoriais já existentes.

Isto para se apropriarem e subjugarem tudo aquilo de que necessitam para auferir a máxima renda fundiária possível, ou seja, os solos (aqui se compreende a fertilidade e a localização dos solos propícios ao cultivo da cana-de-açúcar), a infra-estrutura para circulação de insumos e da produção canavieira, a força de trabalho necessária para esta produção e, por outro lado, influenciando de forma determinante no comércio, na qualidade de vida da população local, fatores estes que acabam caracterizando a territorialidade das formas e das práticas sociais aí existentes:

[...] a gestão do território, no âmbito da sociedade capitalista constitui-se um conjunto poderoso de ações engendradas para conceber, planejar e dirigir o complexo ciclo de reprodução do capital [...] A gestão do território é, assim, através do controle dos diversos momentos e espaços do ciclo de reprodução do capital, gestão do processo de acumulação capitalista. [...] que deriva das necessidades intrínsecas às empresas [...] suscitando novas localizações acessíveis às matérias-primas, mercado consumidor, a uma força de trabalho mais barata e politicamente menos ativa, ou uma combinação deste e outros fatores locacionais. (CORREA, 1996, p.26-29).

A gestão territorial do capital sucroalcooleiro no Norte do Paraná

A produção canavieira paranaense encontra-se concentrada geograficamente nas mesorregiões Norte e Noroeste do estado, que respondem por aproximadamente 93% de toda cana produzida no Paraná. Dados do Ipardes (2012, s/p.) apontam que na safra 2011/2012 o Paraná colheu em cerca de 586 mil hectares mais de 43 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, que por sua vez foram processadas em 30 unidades agroindustriais responsáveis pela produção de mais de três milhões de toneladas de açúcar e de 1,6 bilhões de litros de etanol.

E estas unidades agroindustriais podem ser classificadas em três categorias quanto a origem do capital investido no setor:

- As unidades agroindustriais compostas por capital privado nacional, controladas por empresas geralmente subordinadas a uma família ou a um grupo econômico, (Usina Alto Alegre, Usaçucar/Santa Teresinha, Usina Central do Paraná, Sabarálcool, etc).

- As unidades pertencentes às cooperativas agropecuárias/agroindustriais² (Corol, Nova Produtiva, COOPerval, COOPCANA, etc);
- As unidades controladas por grupos estrangeiros, como é o caso da Usina Vale do Ivaí, no norte do Paraná.

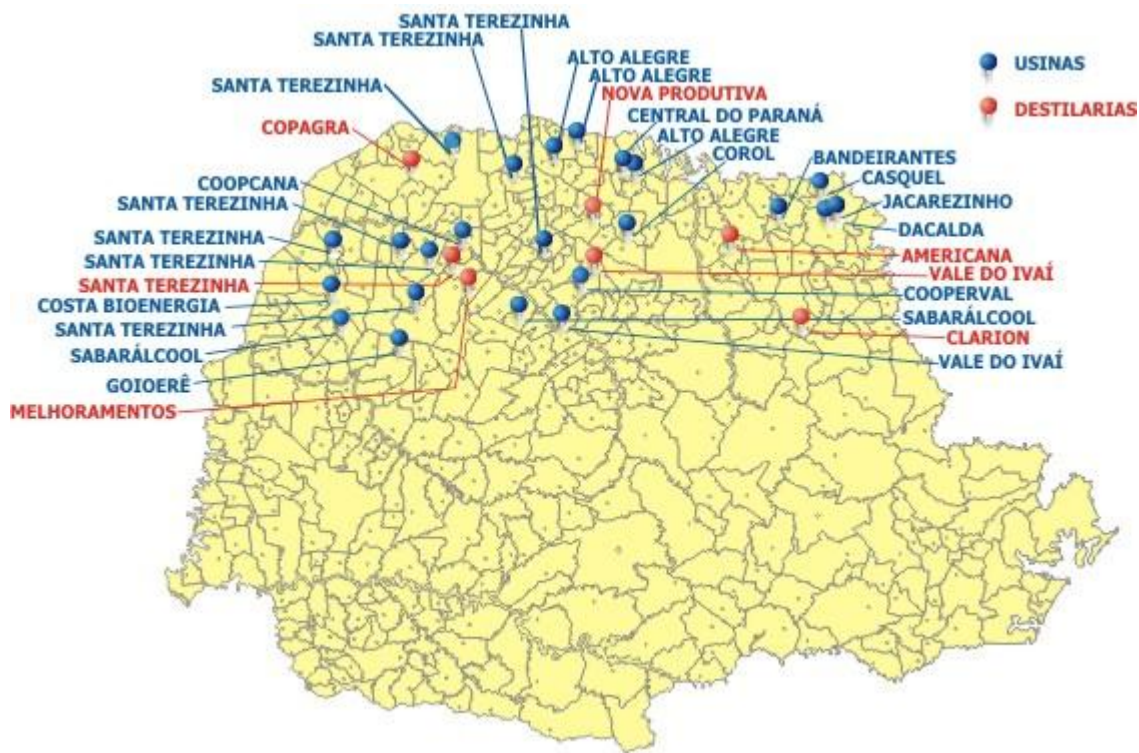


Figura 01: Localização geográfica das agroindústrias sucroalcooleiras no Paraná em 2012.
Fonte: ALCOPAR, 2012.

Dentre estas três categorias apresentadas anteriormente se destacam aquelas constituídas por grupos familiares de capital nacional, algumas das quais começaram a atuar no estado do Paraná entre as décadas de 1940 e 1960, muito antes da implementação do Proálcool, como é o caso da Usina Central em Porecatu, da USIBAN em Bandeirantes, e da USAÇUCAR do grupo Santa Teresinha, em Maringá.

As estratégias espaciais adotadas por estas unidades pioneiras no processamento da cana-de-açúcar no estado estão intimamente relacionadas ao processo de incorporação econômica desta porção territorial do Paraná à economia nacional, sendo que no caso da Usina Central e da USIBAN, as famílias fundadoras são as mesmas que também fundaram os

² Dentre as cooperativas que atuam no setor sucroalcooleiro cabe distinguir que existem aquelas que primariamente se originaram em torno do agronegócio cafeeiro e posteriormente incorporaram a cana como alternativa após a crise do café e aquelas que já surgiram com o agronegócio canavieiro como a principal ou mesmo a única atividade econômica, como é o caso da COOPCANA de Paraíso do Norte e a COOPerval de Jandaia do Sul.

municípios que atualmente servem de base territorial para as citadas agroindústrias: a família Meneghel, uma das fundadoras do município de Bandeirantes, assim como da USIBAN, e a família Lunardelli, fundadora da Usina Central do Paraná e do município de Porecatu.

Nota-se nestes dois casos específicos que as estratégias espaciais adotadas giravam em torno da busca por novas terras, com uma produtividade espacial que oferecesse uma rentabilidade diferencial a agroindústria sucroalcooleira, sendo esta prática incentivada pelo IAA, ao mesmo tempo que impulsionava o processo de colonização do norte do Paraná.

Por outro lado, há que se atentar para o fato de que este pioneirismo da agroindústria canavieira na porção setentrional do Paraná está relacionada a uma fase expansiva destas unidades na região Centro-Sul do Brasil (ANDRADE, 1994, p. 57-59), consolidando a hegemonia do estado de São Paulo sobre o decadente Nordeste açucareiro.

Tratava-se de uma expansão notadamente marcada pela presença de grupos familiares que, diante do aumento provocado na demanda, tanto no mercado externo quanto internamente, por conta da conjuntura criada no âmbito da II Guerra Mundial, romperam com a centralização imposta pelo IAA e empreenderam uma estratégia empresarial orientada - ao menos por um tempo - sem os ditames do órgão estatal que planejava a produção sucroalcooleira no país. (ANDRADE, 1994, p.57-59).

Posteriormente, mais especificamente na década de 1960, estas poucas unidades agroindustriais existentes no estado passam por uma transformação na base técnica ocorrida no âmbito da “modernização conservadora”, quando algumas destas unidades de origem familiar passam a ser adquiridas por grupos econômicos já consolidados no setor, como é o caso do Grupo Atalla, que adquire a Usina Central do Paraná no início da década de 1970.

A crise do café, que de acordo com Carvalho (1991, p. 28) se inicia em meados da década de 1960 e se intensifica nas décadas posteriores, leva o Estado brasileiro a empreender estratégias de viabilizar economicamente o agronegócio nas regiões cafeeiras, o que aponta para o surgimento de várias usinas e destilarias controladas pelas cooperativas cafeeiras no estado entre os anos de 1970 e 1980.

As plantações de café do Norte paranaense foram cedendo espaço para as culturas mais dinâmicas, voltadas para a exportação e ligadas aos complexos agroindustriais, sendo novas áreas incorporadas no Estado como um todo, acarretando a expansão de novas fronteiras agrícolas.[...] Dessa forma, o Paraná buscou para si algumas necessidades dos grandes grupos açucareiros paulistas (ATTALA, principalmente). Estes aproveitaram as condições favoráveis de solo e clima e a proximidade geográfica com o Estado do São Paulo, para o desenvolvimento da cultura canavieira, visto que nesse período a economia cafeeira estava em crise e os agricultores da região necessitavam de um melhor aproveitamento das terras, com culturas que propiciassem retornos vantajosos. (CARVALHEIRO, 2005, p.05).

Quanto às cooperativas agroindustriais, Thomaz Júnior (2002, p.122) mostra que estas foram importantes instrumentos na consolidação do Proálcool, a exemplo daquelas da porção setentrional do estado do Paraná, que possuem uma gênese ligada a produção cafeeira.

Nesse contexto, a reestruturação de suas atividades após a crise do café passa em grande medida pela implantação de agroindústrias sucroalcooleiras como uma de suas atividades principais, a exemplo do que ocorreu com a COROL, a COFERCATU, a Nova Produtiva, dentre outras, num cenário em que os,

[...] cafeicultores encontraram na cana-de-açúcar uma alternativa capaz de minorar-lhes os prejuízos ocasionados pela desfavorável conjuntura[...] apresentada para a cafeeicultura. [...] Em [...] 1964, o IBC, que estava administrativamente vinculado ao mesmo Ministério que o IAA, firmou um convenio com este visando os seguintes objetivos: coordenar o programa de erradicação dos cafezais antieconômicos com o aumento da produção de açúcar no Brasil, a fim de preservar a estabilidade econômica das regiões para as quais a supressão pura e simples da cafeeicultura representaria um sério desfalque. [...] Os recursos financeiros necessários seriam fornecidos pelo GERCA [...]. (SZMRECSÁNYI, 1979, 169-267).

Esta fase marca um processo de expansão vertiginosa, potencializada pela implementação do Proálcool, onde várias unidades agroindustriais de capital nacional que já atuavam em outras regiões do país (Usina Alto Alegre, DASA, etc), ou mesmo as antigas cooperativas cafeeiras passam a comandar um processo de reestruturação produtiva no espaço agrário norte paranaense, cuja gestão territorial estava relacionada ao controle das porções com a maior produtividade espacial, o que explica a concentração de quase a totalidade da produção canavieira na porção setentrional do estado.

Esta estratégia espacial, consolidada desde os primórdios da expansão em larga escala do agronegócio sucroalcooleiro no Estado, ficou marcada por fortes disputas territoriais com outros setores produtivos do meio rural do norte e noroeste paranaense.

Isso em virtude da busca do controle dos elementos necessários a maior rentabilidade econômica do setor (melhores terras, controle da força de trabalho, do Estado, da produção de infra-estrutura necessária, etc), que delineou um padrão de territorialização e de uma gestão deste território, de acordo com as exigências do capital aí investido.

E isto em um contexto onde,

[...] o capital sucroalcooleiro está unificado em torno de uma única entidade, além do que, na prática, sua gestão sobre o território se dá à imagem e semelhança da hegemonia sobre o processo produtivo no âmbito escalar da materialidade fenomênica da atividade econômica, seja em nível da empresa, isoladamente, ou do conjunto das mesmas. (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p.05).

E uma das constatações mais evidentes quando se analisa o agronegócio sucroalcooleiro paranaense é a estratégia no processo de incorporação de novas terras ao seu processo produtivo.

Há uma busca intensa pela territorialização do setor nos municípios sediados por pequenas cidades, onde o valor da reprodução da força de trabalho é muito menor que nas cidades maiores, o que permite ao agroindustrial extrair uma maior taxa de mais valia, se levado em consideração que durante uma safra canvieira se utiliza de milhares de trabalhadores nas diversas funções do processo produtivo.

Esta estratégia espacial ajudaria a explicar o fato de o Brasil ser o país que tem os menores custos de produção do agronegócio sucroalcooleiro a nível mundial, somado ao:

[...] desenvolvimento técnico-científico, além da renda diferencial por fertilidade da terra que, em virtude da estrutura política latifundiária garante, a preços imbatíveis, grandes extensões de terras com menos de 12% de declividade, com energia solar abundante para a fotossíntese e a mais ampla disponibilidade de água. (PORTO-GONÇALVES, 2008, p.340).

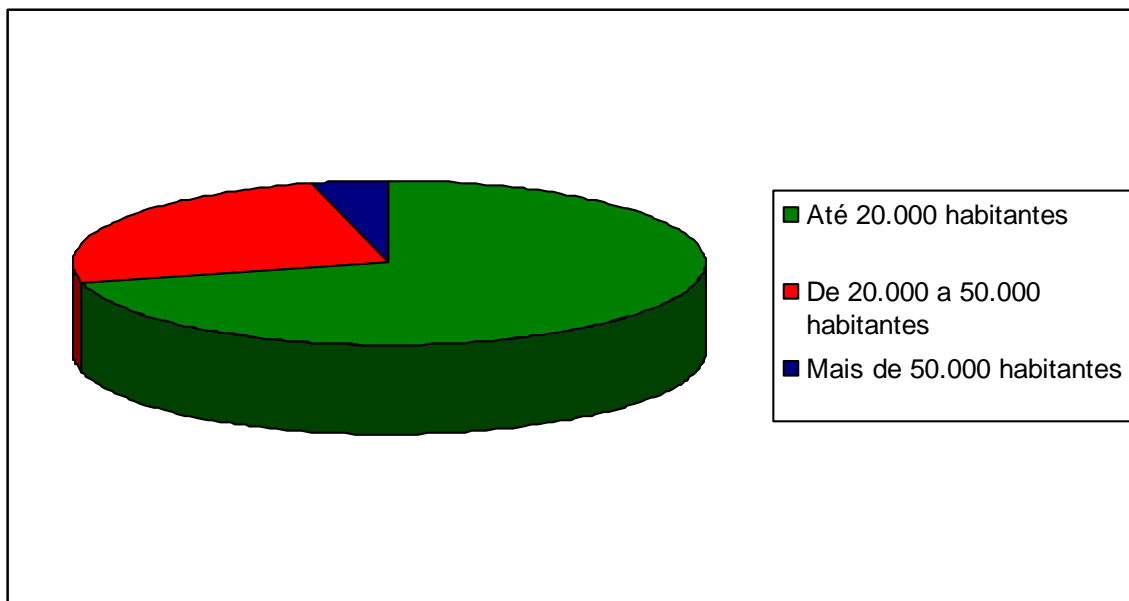


Gráfico 01 : Distribuição da produção canvieira no Norte e Noroeste do Paraná pelo porte das cidades dos municípios canvieiros no ano de 2010.

Fonte: IPARDES, 2011.

Org. Marcos A. de Souza.

Desse modo, se constata que cerca de 350 mil hectares de cana-de-açúcar - cerca de 70% da produção estadual - são cultivados nos municípios com menos de 20 mil habitantes no Norte e no Noroeste do Paraná, além do fato de que 20 das 30 unidades agroindustriais em operação no estado se encontrem geograficamente localizadas em municípios deste porte.

Corroborando esta tese constata-se que há apenas cerca de 22 mil hectares de cana cultivadas nos municípios com mais de 50 mil habitantes na porção setentrional do estado, sendo estes a base territorial de somente três unidades agroindustriais, embora o perfil edafoclimático e a posição com relação aos mercados consumidores sejam semelhantes ao dos municípios sediados por pequenas cidades nesta mesma região.

E isto em um contexto em que o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar aponta a existência de aproximadamente 277.365 hectares de áreas com alta aptidão para a cana nos municípios da porção setentrional do Paraná com mais de 50 mil habitantes (EMBRAPA, 2009, s/p.), o que sugere que a escolha pela territorialização do agronegócio sucroalcooleiro sobre os municípios de pequeno porte é parte das estratégias espaciais dos agroindustriais.

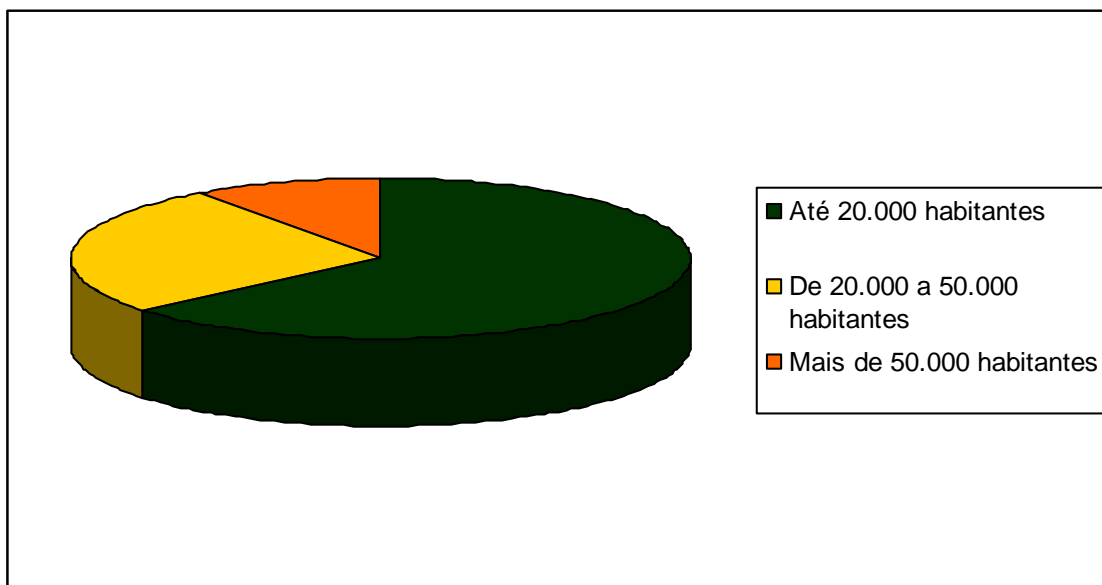


Gráfico 02: Distribuição das agroindústrias canavieiras no norte e noroeste do Paraná pelo porte das cidades dos municípios canavieiros no ano de 2010.

Fonte: IPARDES, 2011.

Org. Marcos A. de Souza.

E isto em um contexto em que o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar aponta a existência de aproximadamente 277.365 hectares de áreas com alta aptidão para a cana nos municípios da porção setentrional do Paraná com mais de 50 mil habitantes (EMBRAPA, 2009, s/p.), o que sugere que a escolha pela territorialização do agronegócio sucroalcooleiro sobre os municípios de pequeno porte é parte das estratégias espaciais dos agroindustriais.

Diferentemente do que sugerem as argumentações de que a presença destas agroindústrias nestes municípios se configurariam em um aspecto positivo à sua dinâmica geoeconômica, esta estratégia está intimamente relacionada a um valor mais baixo da reprodução

da força de trabalho, se convertendo em uma estratégia associada a materialização da gestão do território pelo capital.

Trata-se na verdade da conversão destes pequenos municípios em base territorial da produção sucroalcooleira, da qual o agronegócio passa a exercer um domínio senhorial sobre as terras, sobre os trabalhadores, sobre o Estado na sua representação local, enfim, cria e recria as condições necessárias para a reprodução ampliada do capital que se territorializa nestas porções espaciais.

Isto porque, apesar de as plantações e/ou as unidades de processamento se localizarem nestes municípios em que as cidades são de pequeno porte, os centros de tomada de decisões estão fora das suas fronteiras, estando as suas sedes sociais geralmente localizados em outros estados do país, excetuando as cooperativas agroindustriais da região, que também não estão sediadas nestas pequenas cidades.

Não obstante, os lucros e a renda da terra obtidos pelo agroindustrial também são remetidos para estas sedes, ficando os municípios do canavieiros altamente dependentes de uma fração ínfima do montante total da renda gerada por este setor, materializada no salário dos trabalhadores.

Trabalhadores estes majoritariamente cortadores de cana ou que atuam na lavoura nos chamados “tratos culturais”, sendo estes municípios marcados pela estagnação econômica, cuja “prosperidade” está diretamente relacionada ao período das safras.

No caso específico das cooperativas agropecuárias/agroindustriais, geralmente sediadas nos centros regionais, o agronegócio sucroalcooleiro é apenas mais uma de suas múltiplas atividades, ficando seus rendimentos também concentrados nas mãos de uma minoria, quando não dispersos em investimentos pessoais dos seus associados em unidades político-administrativas distintas daquelas em que se realiza a produção canavieira.

Aí está uma contradição na divisão da renda socialmente produzida: mesmo explorando a mão-de-obra local, exercendo um monopólio da terra e dos recursos naturais, há uma evasão da renda fundiária para o exterior do domínio político-administrativo do município.

É por isso que mesmo o agronegócio canavieiro sendo tão rentável, os municípios dos territórios do capital sucroalcooleiro são extremamente pobres.

Pobres porque sua dinâmica econômica gira em torno da ínfima parte desta riqueza socialmente produzida que fica nestes municípios sob a forma de salário pago ao trabalhador para sua reprodução como pessoa.

Só para se ter uma idéia desta contradição entre a opulência do agronegócio sucroalcooleiro e a pobreza dos municípios em que ocorre esta produção, no ano de 2.000, 62

municípios do Norte e do Noroeste paranaense com menos de 20.000 habitantes possuíam mais de 500 hectares de cana-de-açúcar cultivados. No entanto, apenas um destes municípios possuía um IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – superior a média estadual.

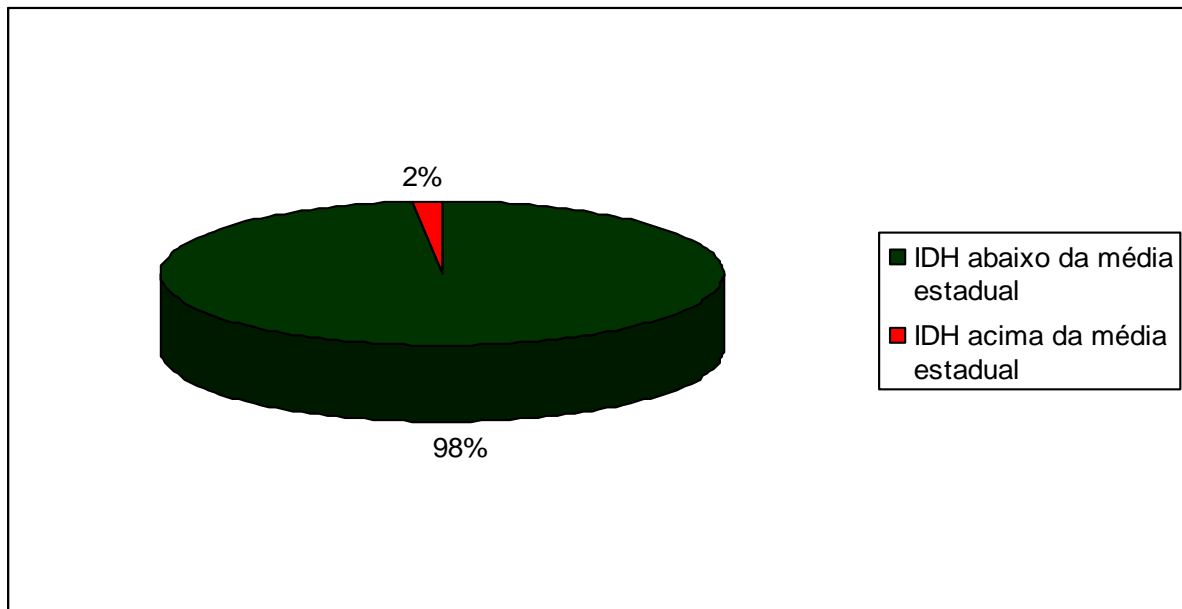


Gráfico 03: Situação do IDH nos Municípios sediados por cidades de pequeno porte³ com mais de 500 hectares de cana plantada no Norte e Noroeste paranaense no ano de 2000.

Fonte: IPARDES, 2011.

Org. Marcos Antonio de Souza.

Por outro lado quando se analisa o IDH/Renda deste extrato de municípios se constata que apenas dois destes municípios superam a média paranaense de acordo com o IPARDES (2011 s/p.).

É desta forma que cai por terra o discurso dos defensores do agronegócio, que apregoam as benesses da dinâmica econômica dos municípios que constituem a base territorial do empreendimento agroindustrial canavieiro, como será demonstrado posteriormente.

Como pode haver esta dinamicidade econômica se o agronegócio sucroalcooleiro ao territorializar sua área de atuação subordina todos os elementos contidos neste território aos interesses da reprodução ampliada do capital aí investido, sendo incompatíveis com a distribuição da riqueza socialmente produzida?

E como se sabe, a canavicultura de base empresarial é uma atividade que concentra terras tanto do ponto de vista quantitativo, quanto espacial, fato que justifica sua territorialização

³ Municípios com menos de 20.000 habitantes.

de forma concentrada no entorno da agroindústria⁴, por razões de ordem da racionalidade econômica capitalista.

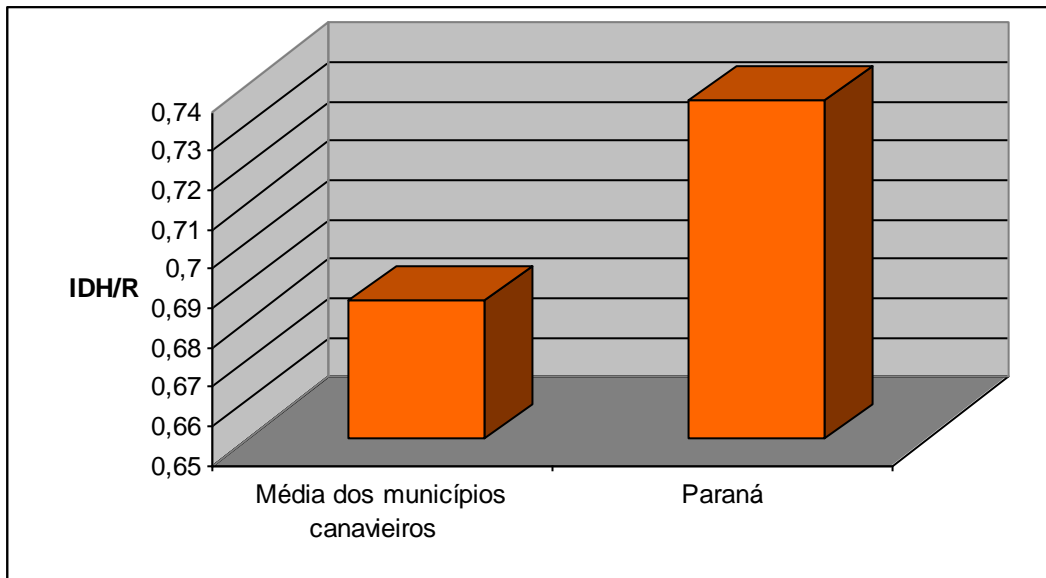


Gráfico 04: Situação do IDH/Renda nos Municípios sediados por pequenas cidades com mais de 500 hectares de cana plantada no Norte e Noroeste paranaense no ano de 2000.

Fonte: IPARDES, 2011.

Org. Marcos Antonio de Souza

Ora, esta concentração espacial, aliada a subordinação massiva de todos os fatores de produção existentes no local, dificulta a diversidade econômica, (pelo menos de atividades de grande porte), devido ao monopólio territorial exercido pelo agronegócio canavieiro, o que por sua vez aumenta ainda mais a dependência deste município da agroindústria sucroalcooleira..

Subordinação esta que vai além da dependência econômica destes municípios, uma vez que o agronegócio sucroalcooleiro “[...] adota as mais avançadas formas de controle social e de domínio ideológico dos trabalhadores” (THOMAZ JR, 2007, p.3).

E como a força motriz destes municípios é a agroindústria canavieira, a subordinação a este processo de exploração pode significar a única possibilidade de trabalho com que contam estes trabalhadores para sustentar a si e a sua família, conforme será discutido mais adiante.

Cabe salientar, contudo, que a dinâmica territorial do agronegócio sucroalcooleiro foi alterada significativamente após a desregulamentação estatal do setor, situação esta iniciada entre o final da década de 1980 e que se consolida de fato em meados da década de 1990, com a extinção do IAA no âmbito das reformas neoliberais implementadas pelo governo Collor, empenhado na

⁴ Por outro lado, ademais da incorporação destas novas terras seguir um padrão que prima por privilegiar os municípios de pequeno porte, há que ressaltar que a estratégia espacial dos agroindustriais no estado realiza este processo sobre três formas distintas no Norte e Noroeste paranaense: arrendamento compra de terras e compra da produção de fornecedores individuais e de cooperados.

“[...] diminuição da máquina pública e afastamento do Estado das atividades econômicas”. (BACCARIN, 2005, p.11).

Isto representa dizer que o agronegócio canavieiro, que até então vinha sendo ancorado pelo Estado, passa, a exemplo da economia nacional, por um processo de abertura ao capital externo e de reestruturação produtiva, marcado por termos ícones da *práxis* neoliberal, como *desestatização*, *desregulamentação* e *privatização*.

Os reflexos desta política para o estado do Paraná se materializaram numa expansão da área plantada na ordem de 320% (IPARDES, 2010, s/p.), incremento este relacionado a um processo de avanço sobre as terras mais baratas nas proximidades do Estado de São Paulo, aproveitando-se das suas vantagens locacionais como parte da estratégia espacial dos agroindustriais, como justifica Baccarin (2005, p.199).

Esta nova conjuntura, de acordo com nosso interlocutor, aponta para uma intensificação da concentração espacial das unidades agroindustriais na região Centro-Sul brasileira, em detrimento das antigas regiões produtoras, consolidando o Paraná como o segundo no *ranking* nacional da produção sucroalcooleira.

Por outro lado, este processo de desregulamentação veio acompanhado de uma reestruturação produtiva nestas unidades agroindustriais que tiveram de se adaptar à nova realidade econômica do país, sendo este período marcado por um processo de concentração destas unidades nas mãos de grupos empresariais mais aptos ao contexto liberalizante da economia nacional.

No estado do Paraná, este período está sendo marcado por fusões e aquisições de algumas unidades menos adaptadas a nova fase pós-desregulamentação pelos grupos agroindustriais mais competitivos.

A “autogestão”, como o setor sucroalcooleiro define este processo de desregulamentação estatal, impôs uma maior autonomia para os agroindustriais, tanto na sua gestão empresarial quanto na territorial, seguindo planos e estratégias próprios, em que os critérios da produção e da orientação da expansão passam a ser norteadas segundo os interesses individuais dos agroindustriais, embora isso não signifique o fim do paternalismo estatal em prol do setor.

Antes, significa a possibilidade de o agroindustrial, mesmo se utilizando de dinheiro público para financiar a sua produção, fazer aquilo que ache necessário para aumentar sua rentabilidade sem que o Estado dite as regras, mas que intervenha caso a gestão empresarial individual provoque crises coletivas no setor. Isto sem falar na continuidade das políticas

públicas que tem sido implementadas em prol do setor sucroalcooleiro, as quais remetem a conclusão de que,

[...] não se chegou à plena desregulamentação, mas se constituiu uma Nova Regulamentação Sucroalcooleira. Deixaram de existir ou se mostraram pouco efetivas ações públicas que procuravam disciplinar a participação na produção sucroalcooleira das regiões Norte-Nordeste e Centro-Sul ou que interferiam na concorrência entre empresas, bem como o Governo Federal se afastou das exportações de açúcar, fatos que trouxeram características liberais aos mercados sucroalcooleiros. Por outro lado, mantiveram-se órgãos públicos específicos e instituíram leis e normas que garantiram competitividade em relação à gasolina e estimularam a produção e o consumo do álcool carburante, proporcionando-se uma situação diferenciada em relação aos demais ramos da agropecuária brasileira e permitindo que, atualmente [...] possamos considerar que ainda continua existindo uma regulamentação sucroalcooleira, mesmo que modificada ou nova. (BACCARIN, 2005, p.211)

Não obstante a abertura e a liberalização da gestão no setor nos anos de 1990, em consonância com o neoliberalismo que incidiu sobre a política e a economia brasileira, capitais estrangeiros passaram a compor o mais antigo dos agronegócios praticados no país através de fusões e aquisições ou mesmo da ação especulativa de grupos de investimentos internacionais.

Só para se ter uma idéia deste processo de internacionalização do setor, somente entre os anos de 2007 e 2009 o Brasil recebeu cerca de 3,5 bilhões de dólares em investimentos estrangeiros no setor sucroalcooleiro, sendo que 90% deste valor foi aplicado na produção de etanol.

Por outro lado, vários grupos estrangeiros, mais especificamente as grandes corporações hegemônicas do segmento de commodities já atuam na produção sucroalcooleira no país, como a Cargill, a Bunge, a Tereós, a Adecoagro, a Noble Group, dentre outras (AGROANALYSIS, 2010, p.35-36).

É esta nova realidade que aponta para um processo de internacionalização e, ao mesmo tempo, de oligopolização do agronegócio canavieiro.

Encerrada a intervenção direta do governo na produção e comercialização do açúcar e do etanol[...] Em 2000, a Cosan, que em janeiro deste ano [2010] se uniu à Shell na maior transação da história do setor, estabeleceu parceria com o grupo francês Union SDA. Posteriormente, o SDA se fundiu com outras cooperativas francesas que haviam adquirido a Beghin Say, que por sua vez adquiriu a Açúcar Guarani em 2001. [...] Ainda em 2002, a [...] francesa Louis Dreyfus adquiriu a usina Cresciumal, em Leme (SP), dando início à criação do que é, atualmente, o segundo maior grupo em atividade na indústria brasileira da cana em termos de moagem: o LDC-SEV, ou Louis Dreyfus Commodities – Santelisa Vale. O grupo atingiu o porte atual em 2009, com a aquisição do controle de uma das empresas mais tradicionais do setor, a Santelisa Vale. Completando as transações de 2010 estão a aquisição do Grupo Moema pela multinacional Bunge e a chegada ao setor do maior grupo refinador de açúcar da Índia, o Shree Renuka Sugars. Os indianos ficaram com 50,8% da

Equipav Açúcar e Álcool, com usinas nas cidades paulistas de Promissão e Brejo Alegre. (JANK, 2010, s/p.).

No Noroeste do Paraná um dos exemplos mais notórios deste processo é o caso da USACIGA, de Cidade Gaúcha. Fundada na década de 1980 e controlada por um grupo familiar, a USACIGA repassou no ano de 2006 49% da agroindústria a um grupo internacional de investidores do setor sucroalcooleiro, o CEB – Clean Energy Brazil.

No entanto, como a remuneração do capital investido por este grupo internacional não foi o esperado, a CEB vendeu sua parte na USACIGA para o grupo Santa Teresinha, que adquiriu 100% da unidade em 2010.

Nessa mesma vertente, o grupo indiano *Shree Renuka Sugars Limited* adquiriu duas unidades em 2009 da Usina Vale do Ivaí, localizada no município de São Pedro do Ivaí no norte do Paraná, ratificando um processo bastante significativo no âmbito nacional, potencializado pós desregulamentação estatal, em que as grandes *tradings* agrícolas internacionais passaram a controlar cerca de 25% da produção canavieira brasileira, num claro processo de desnacionalização do solo e do setor canavieiro. (UNICA, 2010, s/p.).

Não obstante a internacionalização do setor, marcado principalmente pela entrada de capital estrangeiro sob a forma de investimento ou a aquisição de agroindústrias sucroalcooleiras, o agronegócio canavieiro pós desregulamentação também possui uma tendência de oligopolização do setor, tendo em vista a concentração a nível nacional e estadual, num contexto em que cada vez mais o agronegócio sucroalcooleiro é controlado por um menor número de grupos agroindustriais.

A esse respeito, Machado (1998, p.12) sentencia que o mercado desregulamentado na realidade não se materializou tal qual o existente no plano dos discursos, uma vez que além desta desregulamentação não significar o fim do paternalismo estatal em prol dos setores hegemônicos da economia conforme já abordado, “[...] os modelos neoclássicos de concorrência perfeita – que servem de base para a ideologia neoliberal [...]” deram lugar à oligopolização destes setores.

Isto representa dizer entre outras coisas que na medida em que os marcos jurídicos e institucionais que permitiram uma abertura inédita da economia brasileira nos anos de 1990 foram consolidados, os grupos empresariais mais capitalizados e com as maiores possibilidades de reestruturar o seu sistema produtivo mediante a incorporação em larga escala da tecnologia avançada, passaram a adquirir os grupos com as maiores dificuldades no que tange à competitividade agroindustrial.

No setor sucroalcooleiro paranaense, vários grupos não conseguiram investir na modernização do seu parque industrial e se adequar as exigências mercadológicas impostas pela

desregulamentação estatal do setor, sendo estas incorporadas pelos grupos maiores, apontando para um processo de concentração da atividade canavieira.

Esta tendência a oligopolização do setor pode ser atestada mediante a constatação de que não houve uma ampliação considerável no número de unidades agroindustriais no período compreendido entre 1992-2008 (ALCOPAR, 2010, s/p.), embora a expansão canavieira foi bastante expressiva no Paraná, conforme os dados apresentados anteriormente.

Para se ter uma idéia deste processo, na safra de 1985/1986 existiam no estado 25 agroindústrias, enquanto que na safra 2008/2009 haviam 30 unidades agroindustriais, o que aponta para um crescimento em 23 anos de apenas 5 unidades agroindustriais, ao passo que a área ocupada com a cana-de-açúcar obteve um aumento da ordem de 422%, passando de 140.772 hectares em 1986 para 594.585 hectares em 2008. (IPARDES, 2008, s/p.).

Por outra parte, a maioria dos projetos de implantação de novas agroindústrias entre 2005-2010 envolveram unidades agroindustriais vinculadas as que já operam no estado do Paraná, cuja única exceção é o projeto BRAZCANA em fase de implantação no município de Paranaíba.

Por outro lado chama a atenção ainda as recentes fusões e aquisições de grupos sucroalcooleiros, mesmo que nacionais, contribuindo ainda mais para a consolidação desta tendência de concentração da produção em um número cada vez mais reduzido de controladores na porção setentrional do estado.

Corroborando estas constatações, há as recentes aquisições do Grupo Santa Teresinha (USACIGA) e da Usina Alto Alegre (as unidades agroindustriais sucroalcooleiras da Cofercatu e da Corol), num contexto em que ambas unidades foram adquiridas por importantes grupos empresariais do setor sucroalcooleiro nacional, após estarem endividadas.

Com respeito a estes dois grupos que adquiriram recentemente unidades agroindustriais no norte paranaense, há que ressaltar que estas podem ser consideradas como exemplos de empresas com uma concentração das mais expressivas no setor. Isto porque o Grupo Santa Teresinha, o maior do estado, controla oito unidades agroindustriais em plena operação, além de possuir uma unidade em fase de implementação, ao mesmo passo que o Grupo Alto Alegre, de origem paulista, controla três unidades no norte do Paraná⁵.

Isto representa dizer que apenas estes dois grupos controlam mais de 35% das agroindústrias, além de deterem quase 50% da produção sucroalcooleira no estado (ALCOPAR, 2010, s/p.).

⁵ Caso a compra das unidades agroindustriais canavieiras da COROL pelo Grupo Alto Alegre se concretize este processo de concentração se intensificará ainda mais, já que a COROL possui duas unidades agroindustriais no norte do Paraná.

Por outro lado, este período de intensificação do processo de internacionalização do capital e liberalização da economia ficou marcado por um aumento significativo das exportações paranaenses de álcool e açúcar, ao contrário do período de gestão do IAA, quando estas eram praticamente inexpressivas (SOUZA, 2010, p. 108).

Se antes do processo de desregulamentação estatal o Paraná praticamente não exportava açúcar, após esta fase de liberalização esta situação se reverte drasticamente, passando de 0,2% da participação das exportações nacionais em 1994 para mais de 10% no ano de 1998.

Com relação ao etanol, as exportações somente serão significativas após o ano de 2003, quando o Estado brasileiro se engaja na conversão do etanol em *commoditie* do agronegócio, num contexto em que se esperava uma possível nova geopolítica energética internacional, sugerindo-se esse produto como uma das possibilidades para a redução da dependência dos países capitalistas centrais do petróleo.

Esta conjuntura favorável às exportações, significaram um incremento na área ocupada pela cana em 166% (ALCOPAR, 2010, s/p.), permitindo que o estado aumentasse sua participação no montante total da exportação nacional de etanol, passando de 0,009% em 2002 para 14,48% em 2008.

Diante desta nova conjuntura acerca das exportações do agronegócio sucroalcooleiro, o espaço passa a ser organizado para atender as novas demandas do capital, num contexto em que os agroindustriais do setor sucroalcooleiro delinearão formas específicas de organização desta fração do capital, mediante a constituição de entidades de classe que passaram a atuar no sentido de garantir as condições necessárias à reprodução ampliada do capital. (THOMAZ JR, 2002, p.119-120).

Assim, no raio de atuação destas entidades agroindustriais canavieiras, a gestão territorial estaria vinculada a uma gestão empresarial cujos interesses estariam unificados em associações, sindicatos da agroindústria sucroalcooleira, parcerias estratégicas entre os agroindustriais, dentre outras formas de organização do setor.

Nesta mesma vertente, Porto-Gonçalves (2008, p. 339) assevera que, diferentemente do “[...] Proálcool brasileiro dos anos 70, o que presenciamos hoje é o deslocamento do planejamento estratégico antes feito pelo Estado para os novos gestores ligados aos grandes complexos empresariais, agora organizados em rede”.

No Paraná, foram criados a ALCOPAR – Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná, o SIALPAR – Sindicato da Indústria de Fabricação do Álcool do estado do Paraná, o SIAPAR – Sindicato da Indústria de Açúcar do Paraná, a SIBIOPAR – Sindicato da Indústria de Biocombustíveis do estado do Paraná, dentre outras.

Com relação a estas entidades, moldadas segundo as necessidades do capital sucroalcooleiro, Thomaz Júnior (2002, p.121) elucida que estas possuem um elevado grau de influência em todos os escalões de poder, revelando o elevado poder de pressão que exercem sobre o Estado em prol do agronegócio sucroalcooleiro.

Ademais, engendram estratégias que primam pela racionalidade econômica capitalista, como empreender o controle dos preços dos seus principais produtos mediante ação coordenada do setor produtivo.

Não obstante, nota-se ainda no Paraná a constituição de parcerias entre os agroindustriais, que tem resultado em estratégias que vão desde a otimização da comercialização até a implementação de projetos que visem melhorar a fluidez espacial da produção sucroalcooleira.

Quanto às parcerias estratégicas que visam a otimização da comercialização, pode ser citado a criação da CPA Trading S/A⁶, criada em 2003, fruto da união de dez agroindústrias sucroalcooleiras num contexto em que a conjuntura nacional se encontrava propícia para a produção de etanol em grande escala, movida tanto pela demanda interna quanto pela perspectiva da nova geopolítica energética internacional, consolidada apenas no plano dos discursos.

Nesse contexto, esta empresa passa a ser a responsável por todas as etapas da comercialização dos produtos dos seus acionistas (etanol), tanto no mercado interno quanto no mercado externo, este último a cargo da CPA International Trading Ltda, criada em 2005 e com representações comerciais em vários potenciais mercados do mundo.

Já no que tange a comercialização, o exemplo mais notório é a constituição do PASA – Paraná Operações Portuárias S/A -, uma sociedade composta por nove unidades agroindustriais do setor sucroalcooleiro⁷ que possibilitou a implementação de um terminal especializado de embarque de açúcar a granel no Porto de Paranaguá, com uma capacidade de exportação de cerca de 3 milhões de toneladas por ano.

Por outro lado, a ação estatal demandada por estas entidades que representam o capital sucroalcooleiro possibilitou a construção de um terminal semelhante visando as exportações de álcool, conforme abordado anteriormente.

Não obstante, a nível nacional, a pressão dos agroindustriais por uma intensificação da fluidez territorial com vistas a exportação de etanol tem feito o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – do governo federal, incluir a construção de um alcoolduto que se inicia no

⁶ De acordo com a ALCOPAR (2008, p.09) a CPA é a maior exportadora de álcool industrial do Brasil.

⁷ Participam desta sociedade as seguintes agroindústrias sucroalcooleiras: COOPerval, COPAGRA, COROL, COOPCANA, Goioerê Açúcar e Álcool, Santa Teresinha, Sabarálcool, USACIGA e a Usina Vale do Ivaí. (ALCOPAR, 2010).

estado de Goiás, atravessando Minas Gerais e chegando até o estado de São Paulo, cujo destino final é o Porto de Santos. (VOLZ, PEREIRA e SHIKIDA, 2007, p. 108).

Nesta mesma vertente, um segundo projeto de alcoolduto será viabilizado pelo PAC, interconectando Campo Grande ao Porto de Paranaguá, no Paraná.

Além destes dois projetos federais de construção de dutos com uma extensão de cerca de 1500 km, o governo do estado, em parceria com os produtores, já começou a empreender um projeto que prevê a materialização de um alcoolduto de cerca de 530 Km, articulando a porção setentrional do estado ao Porto de Paranaguá. (ALCOPAR, 2008, p.23).

Atualmente, o álcool é levado a Paranaguá (para exportação) por rodovias e ferrovias e depois usado em carburantes, medicamentos, bebidas e indústrias químicas. O alcoolduto, além de facilitar a exportação, transportará combustível para ser utilizado no próprio Estado e em Estados vizinhos, estimando a redução nos custos de transporte em 70% [...] Observa-se que a grande maioria das usinas está situada próxima a outras, concentradas nos Estados de São Paulo, de Minas Gerais e do Paraná, sendo as demais distribuídas pelos outros Estados. Isto indica que seria viável, e de grande auxílio para redução de custos e velocidade de transporte, a efetivação dos dutos no Estado do Paraná, tanto o de Campo Grande (Mato Grosso do Sul) até Paranaguá, quanto o de Maringá até Paranaguá, tendo em vista que atenderia diversas usinas. (VOLZ, PEREIRA e SHIKIDA, 2007, p. 109-113).

Desse modo, a gestão empresarial dos agroindustriais engloba também o pacto social forjado na formação do poder político local, além de permitir a constituição de lobbies a nível nacional. Fazendo uso do aparelho de Estado, esse tem se apropriado historicamente de uma série de políticas públicas, materializadas na produção de infra-estrutura capaz de potencializar esta expansão, assim como garantir os marcos jurídicos e institucionais para a realização dos seus objetivos enquanto classe.

A esse respeito, Thomaz Júnior (2002, p.84) aponta que,

[...] o Estado, ao sintetizar no seu interior as contradições capital-capital e capital-trabalho [...] oferece as condições necessárias para a rentabilidade do capital, assegurando orientação clara no sentido de subsumir toda a terra disponível, inclusive o latifúndio, conservando pois o poder político – econômico da burguesia agrária, agora no comando das atividades agrícolas e fabris sucroalcooleiras.

Trata-se na verdade daquilo que Harvey (2004, p.80-81) sentencia, ao afirmar que o sistema capitalista não sobrevive sem ajustes espaciais, num contexto em que o capitalismo tem “[...] recorrido repetidas vezes a reorganização geográfica [...] como solução parcial para as suas crises e seus impasses. Assim ele constrói e reconstrói uma geografia à sua imagem e semelhança”.

Portanto, ao se territorializar em porções espaciais necessárias ao agronegócio sucroalcooleiro, os agroindustriais empreendem uma gestão empresarial que também possui uma dimensão espacial que se insere no ato de exercer o seu poder sobre o território, de modo a controlá-lo e ordená-lo, objetivando garantir a reprodução ampliada do capital, removendo todos os obstáculos que se erguem diante desse objetivo:

[...] quando o capital se territorializa, [...] o processo especificamente capitalista se instala e a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra acumula simultaneamente o lucro da atividade industrial e a agrícola (da cultura da cana por exemplo) e a renda da terra gerada por esta atividade. A monocultura se implanta e define e caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem, etc. (OLIVEIRA, 1996, p.478).

No exercício deste poder sobre o território, outro elemento indispensável ao processo de reprodução ampliada do capital é controlado: a força de trabalho.

De acordo com a Alcopar (2008, p.39), o estado do Paraná possui cerca de 70 mil cortadores de cana que atuam em cerca de 140 municípios. Estes “cortadores de cana” que atuam Paraná podem ser classificados em duas categorias quanto ao seu local de origem:

- Os trabalhadores oriundos dos municípios onde estão instaladas as agroindústrias e os do seu entorno;
- Trabalhadores migrantes, oriundos principalmente de estados nordestinos.

Esta força de trabalho, cuja intensidade da exploração é comparada por vários estudiosos da problemática com os escravos do período colonial, passa a ser controlada pelos agroindustriais tanto no campo ideológico - pela ameaça constante à mecanização, pelo discurso do desenvolvimento local etc – quanto na dimensão material, quando médias cada vez maiores são estipuladas aos cortadores de cana no âmbito do aumento da produtividade.

Não obstante, os agroindustriais no exercício do seu poder de controlar o território tem obstaculizado ao máximo a organização sindical destes trabalhadores.

De acordo com Thomaz Júnior (1998, p.06), uma das evidências do *modus operandi* da gestão do capital sobre o território é a separação dos trabalhadores em várias unidades sindicais, de acordo com a função desempenhada na cadeia produtiva do agronegócio canavieiro.

Deste modo, a representação dos trabalhadores ocorre de forma fracionada, havendo sindicatos para categorias específicas, como a dos que trabalham no setor rural da produção (corte e tratos culturais), motoristas, químicos etc.

Por outro lado, enquanto os territórios sucroalcooleiros englobam vários territórios político-administrativos, tanto com a expansão das lavouras como com a contratação de trabalhadores, a organização sindical tende a ficar contraditoriamente restrita à base territorial da divisão político-administrativa, senão vejamos o exposto em Thomaz Júnior (2008, p.06):

Enquanto o capital se espalha pelo território, materializado em forma de área ocupada com cana-de-açúcar e de empresas sucroalcooleiras, ultrapassando/subvertendo os limites territoriais impostos pelo Estado (a fronteira do município), o trabalho, (já na forma de identidade corporativa, portanto enquanto sindicatos), tem sua abrangência territorial delimitada pelas fronteiras municipais, conforme as determinações prescritas no artigo 8º, inciso II da Constituição Federal: “é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa da categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior a área de um município”.

Assim, o controle da força de trabalho é um ingrediente estratégico para a extração da taxa máxima de lucro. Eis a convergência entre o poder público e o privado em prol dos interesses dos agentes sociais que empreenderam esta territorialização, numa lógica que objetiva a manutenção da estrutura e do projeto social vigente.

E como faz parte da lógica do agronegócio sucroalcooleiro operar com a constituição de um território que é distinto da delimitação territorial do Estado - seja ele na sua dimensão municipal ou estadual - a organização dos trabalhadores é bastante dificultada, uma vez que a maior parte dos cortadores de cana por exemplo, atuam fora do município em que residem num contexto em que esta mobilidade não é conferida aos sindicatos que os representam, a não ser que estes se constituam em entidades regionais ou estaduais.

Dificuldade maior ainda ocorre quando estes trabalhadores são migrantes temporários, oriundos de centenas ou até mesmo de milhares de quilômetros de distância do local de trabalho, sendo em regra, uma permanência fugaz, em vista do ciclo temporário de contratação.

Neste caso, a dificuldade de organização sindical é ainda maior, uma vez que estes geralmente se encontram albergados nos domínios privados do agroindustrial, ou seja, em alojamentos pertencentes ao usineiro, muitos dos quais em péssimas condições.

Aproveitando-se do poder que exercem sobre os trabalhadores, muitos agroindustriais do Paraná estão reimplantando um mecanismo eficaz de controle da força de trabalho empregada no setor produtivo canavieiro, tão comum no nordeste açucareiro da primeira metade do século passado, que é a constituição de colônias de trabalhadores da usina.

Entretanto, na porção setentrional do Paraná esta prática está vinculada à construção de residências para atender os funcionários do setor industrial e não do setor agrícola, tal qual ocorria na usina nordestina.

Essa prática está se tornando mais comum na região noroeste do Estado, que concentra a maior parte da produção canavieira, sobretudo pelo Grupo Santa Teresinha, embora em menor escala também seja praticada no norte, a exemplo do que já vem fazendo o grupo Alto Alegre.

A constituição deste tipo de relação entre capital e trabalho emerge como forma de gestão do capital sucroalcooleiro sobre a força de trabalho disponível e necessária à agroindústria em uma determinada porção espacial (no entorno da planta industrial), ampliando a relação de dependência do trabalhador para com o usineiro, uma vez que o núcleo residencial ao qual reside com a sua família não lhe pertence, explicar o que no plano ideológico funcionaria como uma mecanismo de coerção a qualquer tipo de embate ou mesmo de organização sindical.

Além dessas ações, que permitem monopolizar as terras mais férteis, de disputar as porções espaciais melhor localizadas frente aos potenciais mercados consumidores, de possuir elevado grau de influencia nos poderes constituídos e sujeitar a força de trabalho aos seus interesses, há ainda a gestão dos recursos naturais existentes nas áreas que se constituíram territórios do agronegócio canavieiro.

Como parte significativa das terras ocupadas pela cana-de-açúcar se encontram arrendadas para uma agroindústria por meio de contratos com uma duração superior a três anos, em média, não há por parte do empresário preocupações acerca da conservação da fertilidade e demais atributos.

Dados do IBGE (2007, s/p.) apontam que o agronegócio canavieiro é o que mais se utiliza desta modalidade de incorporação de novas terras proporcionalmente a sua área ocupada, como mostra a tabela 02.

Desta forma, na medida em que o solo vai perdendo as suas propriedades biogeoquímicas, devido ao manejo agrícola inadequado (herbicidas e pesticidas, compactação do solo, queimadas, aplicação da vinhaça ou vinhoto etc), os agroindustriais devolvem ao final do vencimento do contrato um solo bastante degradado ao seu proprietário, sendo esta prática mais vantajosa ao usineiro, tendo em vista que ele não assume para si os gastos com a correção do solo.

Tabela 02: Condição do produtor em relação às terras ocupadas no estado do Paraná em 2006.

Atividade agropecuária	Arrendamento	Proprietário	Outras Formas⁸
Cana-de-açúcar	18%	78%	4%
Algodão	12%	80%	8%
Soja	10%	88%	2%
Cereais	6%	89%	5%
Fumo	5%	87%	8%
Pecuária	2%	94%	4%
Lavouras Permanentes	1%	90%	9%
Área Total do Paraná	5%	91%	4%

Fonte: IBGE, 2007

Org. Marcos A. de Souza.

Assim sendo, esta estratégia de uso e ocupação do solo rural permite ao agroindustrial incorporar novas terras ao processo produtivo - novas tanto no sentido da expansão quanto na ocupação pela cana – diferentemente do que ocorreria se a totalidade das terras pertencessem ao agroindustrial, o que sugere que estes empresários agrícolas trabalham com uma margem de flexibilidade espacial, a qual lhes possibilita modificar o vetor de expansão de uma determinada agroindústria em direção as áreas com a maior produtividade espacial, ou seja, em que há uma maior possibilidade de auferimento da renda da terra.

E isto em um contexto em que, na atual conjuntura, a curto prazo parece ser mais vantajoso para o proprietário fundiário arrendar a sua propriedade ao agroindustrial canavieiro do que cultivá-la.

Não obstante, Serra (2010, p.106) nos mostra que este processo inclusive tem se intensificado na primeira década do século XXI na porção setentrional do Paraná, numa etapa a qual denominou “agressividade das usinas”, caracterizado pela incorporação de novas terras mediante a modalidade do arrendamento:

Até o ano de 2008, as usinas se empenharam ao máximo para aumentar a produção de álcool [...] Para aumentar a produção, elevaram os preços que pagavam pelos arrendamentos de terra; ganhando mais, os proprietários rurais se convenceram de que, entre explorar diretamente a terra e arrendar a propriedade para a usina, era melhor negócio arrendar. [...] Na mesma época em que os preços do álcool disparavam no mercado externo, os preços da soja entravam em declínio por conta da superprodução mundial e da queda do dólar. Ganhando menos com a soja, os proprietários rurais foram estimulados a entregar suas terras para as usinas. Assim, passaram a economizar os custos da produção, que no processo de arrendamento ficam por conta da usina e se livraram do risco de eventuais prejuízos.

Por outro lado o Ipardes (2010, s/p.) aponta que as culturas de arroz, feijão, batata inglesa, trigo e mandioca tiveram uma significativa queda no valor da produção por hectare, o

⁸ A categoria “Outras Formas” engloba as condições de assentado sem titulação definitiva, parceiro e ocupante, conforme classificação do IBGE (2009).

que conseqüentemente aponta para a menor viabilidade econômica destes cultivos, favorecendo a expansão daquelas culturas onde são maiores os rendimentos.

Nesta mesma vertente, Thomaz Júnior e Valério (2009, p.11) retratam bem como funciona esta estratégia espacial de incorporação de novas terras à produção canavieira:

Com o primeiro arrendamento a usina retira todos os obstáculos à consolidação logística do território canavieiro, caracterizado por uma grande contigüidade territorial, fato que faz com que cercas, barracões, tulhas, casas, *terrerões* e uma infinidade de estruturas pré-existentes e estranhas ao intento homogeneizante do capital sucroalcooleiro sejam destruídas em favor da formação de gigantescas áreas para o plantio da cana-de-açúcar. Quando do final do prazo de arrendamento da terra para o usineiro, diante da inexistência de recursos para o restabelecimento das atividades anteriormente praticadas, impossibilidade de recomposição de cercas, pastos, casas e toda a infraestrutura retirada pela formação das grandes áreas de plantio monocultor, somado ao fato do sucateamento e/ou venda de máquinas e implementos agrícolas pelo fato de não mais serem usados, dá-se aí o “*pulo do gato*”, onde o proprietário vê-se refém do capital agrocanavieiro.

Nesse contexto nossos interlocutores apontam para um processo em que numa possível renovação de contrato os agroindustriais tenham um poder maior de negociação, inclusive para comprar a terra por um valor abaixo do valor anterior ao arrendamento, uma vez que a produtividade do solo é afetada pelo *modus operandi* do agronegócio sucroalcooleiro.

Ademais, a gestão ambiental praticada pelos agroindustriais do setor canavieiro tem sido marcada historicamente por um processo de exploração intensiva dos recursos naturais, num contexto em que a produção sucroalcooleira se dá em meio a utilização em larga escala de fertilizantes, agrotóxicos, da mecanização crescente e da aviação agrícola, além da utilização das queimadas na maioria absoluta dos canaviais da porção setentrional do Paraná.

Desta forma, este modelo de exploração do território estaria intimamente ligado a uma série de impactos ambientais, entre os quais poderiam ser citados a contaminação das águas e do solo pelos agrotóxicos e pelos herbicidas utilizados intensivamente, além da compactação dos solos pela motomecanização pesada utilizada ao longo de todo o processo produtivo.

Não obstante, há ainda a possibilidade da destruição da vegetação nativa – de forma direta ou indireta - com a expansão da fronteira agrícola para as porções espaciais mais produtivas ao capital sucroalcooleiro, conforme abordado anteriormente -, da contaminação das nascentes e dos rios, entre outros.

Tabela 03: Condições ambientais dos territórios do agronegócio sucroalcooleiro.

Mesorregiões.	Conservação da Cobertura Vegetal Nativa	Intensidade do uso do solo por atividades agrosilvopastoris	Áreas potenciais a degradação dos solos	Participação na produção estadual de cana-de-açúcar
Noroeste	6,85%	90,48%	48,65%	52%
Norte Central	2,8%	94,24%	24,17%	29%
Norte Pioneiro	1,08%	96,01%	41,11%	19%

Fonte: IPARDES, 2005.

Org. Marcos A. de Souza.

A este respeito cabe ressaltar que na porção setentrional do estado do Paraná, onde está concentrada cerca de 93% de toda a cana cultivada no estado, as condições ambientais já se encontram num elevado estado de degradação, tendo em vista a histórica atuação do agronegócio na região, cujo *modus operandi* tem se materializado em um sistema de exploração altamente predatório ao meio ambiente.

Isto se torna bastante preocupante na medida em que historicamente o agronegócio canavieiro – assim como as demais culturas praticadas no âmbito da agricultura de base empresarial - tem sido associado a um “ [...] acelerado esgotamento das reservas naturais por um sistema de exploração descuidado e extensivo.” (PRADO JUNIOR, 1981, p.162).

Portanto, fica evidente que a problemática ambiental no setor, ou ainda a produção do tão propalado “combustível limpo” se insere numa lógica mercadológica em que se “[...] intensifica los [...] procesos de apropiación destructiva de los recursos naturales [...] que [...], promueve con el discurso del desarrollo sostenible una estrategia de apropiación que busca “naturalizar” la mercantilización de la naturaleza. (LEFF, 2005, 265).

E isto só se torna possível diante daquilo que Porto-Gonçalves (2008, p.336-337) classifica como sendo a consolidação de um complexo de poder em torno do agronegócio, articulando os interesses das empresas dos mais variados setores, como as de fertilizantes, de biotecnologia, de sementes, as empresas de consultoria, os grupos empresariais do setor das comunicações, do setor financeiro, químico, de máquinas e implementos, do setor de pesquisas, dentre outros, articulando ainda alianças com grandes corporações hegemônicas internacionais, como a Bunge, a Monsanto, a Basf etc.

Considerações Finais

Conforme foi abordado ao longo deste trabalho, a produção do agronegócio canavieiro, assim como de qualquer outra atividade econômica, busca desenvolver estratégias espaciais com o intuito de rentabilizar a sua produção, prioritariamente em patamares diferenciais.

A compreensão desta lógica resulta de fundamental importância para a compreensão do modelo predatório em que se sustenta a produção canvieira no Brasil.

Este encaminhamento teórico metodológico ajuda a desfazer os velhos mitos da tão propalada sustentabilidade ambiental da produção sucroalcooleira, uma vez que os impactos socioambientais decorrentes desta não podem ser considerados anomalias a serem corrigidas, mas sim devem ser encarados como regra deste tipo de produção, que busca em primeira e única instância reproduzir amplamente o capital investido no setor.

Assim, a superexploração do trabalhador, a concentração fundiária, o aniquilamento dos usos anteriormente dado ao solo tomado pelos canaviais, aparecem como estratégias indispensáveis a acumulação capitalista, engendradas no âmbito da racionalidade econômica, portanto, não ocorrem por obra do acaso.

Sem concentração fundiária – das melhores terras diga-se de passagem, não se pode auferir a rentabilidade em patamares diferenciais. Sem a exploração dos trabalhadores não se pode aumentar astronomicamente a produtividade sem dispende um único centavo. Sem destruir as culturas alimentares não se pode expandir rumo as porções espaciais mais rentáveis ao capital. Sem o lobby presente em todas as esferas do Estado não se pode garantir a primazia nas políticas territoriais do Estado para o setor.

Portanto, as ações empreendidas pelos capitalistas no âmbito da gestão empresarial do seu negócio possui um cunho territorial específico, que via de regra buscam gerir o território demarcado para fins de sua produção de modo a se criar e recriar as condições necessárias a reprodução ampliada do capital, removendo os obstáculos que se erguem ao seus objetivos, além de conservar as formas espaciais e os processos sociais que os materializam.

Referências

ALCOPAR. **Mapa de localização das unidades produtoras de álcool e açúcar do estado do Paraná**. Maringá: 2012. Disponível em: <<http://www.alcopar.org.br/associados/mapa.htm>> Acesso em: 07 abr. 2012.

_____. **Histórico da produção no Paraná**. Maringá: 2008. Disponível em: <http://www.alcopar.org.br/estatisticas/hist_prod_pr.htm> Acesso em: 07 abr. 2010.

_____. **Indústria de Bioenergia do Paraná: Relatório 2008**. Maringá: Sibiopar, 2009.

ALVES, Francisco. Porque morrem os cortadores de cana? **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo: FSP/USP, v.15, n. 3, p. 90-98, set/dez 2006. Disponível em: <http://www.apsp.org.br/saudesociedade/XV_3/revista%2015.3_artigo%2006.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e pobreza: A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social.** São Paulo: UNESP, 1994.

BACCARIN, J.G. **A constituição da nova regulamentação sucroalcooleira.** São Paulo: Editora UNESP, 2005. Disponível em <<http://vsites.unb.br/ceam/neagri/PDF/Caderno%20CEAM/Caderno%2022.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2010.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

BRAGUETO, C.R. **A inserção da microrregião geográfica de Londrina na divisão internacional do trabalho.** (Dissertação de Mestrado) São Paulo: USP, 1996.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia. **Produção brasileira de álcool e cana - de açúcar, 2002-2007.** Brasília: MAPA, 2008. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/estatisticas/producao/prod_cana_acucar_alcool_mensal.pdf> Acesso em: 10 mar. 2010.

CARVALHEIRO, E.M. **As alterações no desenvolvimento local no estado do Paraná desencadeadas pela agroindústria canavieira.** São Paulo: SOBER, 2005. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/5/1061.pdf>> . Acesso em 10 mar. 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. Os centros de gestão do território: uma nota. **Revista Território.** Rio de Janeiro: v. 1, p. 23-30, 1996.

EMBRAPA. **Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar.** Brasília: EMBRAPA, 2009.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo, Annablume, 2005.

_____. **Espaços de Esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostragem de domicílios: segurança Alimentar - 2004.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Censo agropecuário 1995- 1996.** Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

_____. **Censo agropecuário 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. **História dos Municípios Paranaenses.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/>>. Acesso em 20 jul. 2010.

IPARDES. **Base de dados do estado. Curitiba, IPARDES, 2008.** Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 12 maio 2009.

_____. **Base de dados do estado. Curitiba, IPARDES, 2012.** Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

JANK, M. S. A Globalização e o Setor Sucroenergético Brasileiro. **Produtor Rural.** São Paulo: 2010. Disponível em <<http://www.unica.com.br/opiniao/show.asp?msgCode=%7B3F9EA33E-4132-4292-BDB8-3F3BE97FF854%7D>>. Acesso em 19 jul. 2011

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta, 1980.

LEFF, H. **La geopolítica de la biodiversidad y el desarrollo sustentable: economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp12.pdf>>

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro. Tomo II. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

_____. **Trabalho estranhado e propriedade privada: manuscritos econômico-filosóficos**, São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.

MOREIRA, R. A geografia serve para desvendar máscaras sociais (ou para repensar a geografia). **Território Livre**, São Paulo, n. 1, 1979.

OLIVEIRA, A.U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Agricultura brasileira: transformações recentes**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

PADIS, P.C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PARANÁ. Ministério Público do Estado do Paraná. **Usina Central do Paraná recebe multa de 10 milhões de reais**. Curitiba, MPP, 2009. Disponível em <<http://www.mp.pr.gov.br/search.php?query=usina+central&action=results>>. Acesso em 16 nov. 2010.

PORTO GONÇALVES, C. W. Outra Verdade Inconveniente – a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna. **Universitas Humanística**. Bogotá: n.66, p.327-365, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece/Carlos%20Walter%20Porto-Goncalves.pdf>>

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REPÓRTER BRASIL. **Mais de 200 cortadores são resgatados em usina de Porecatu**. Repórter Brasil – Agência de Notícias. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1407>>. Acesso em: 20 out. 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001

SHIKIDA, P. F. A. **A dinâmica tecnológica da agroindústria canaveira do Paraná: estudos de caso das usinas Sabarálcool e Perobálcool.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

SHIKIDA, P.F.; RISSARD JR. D. J. A agroindústria canaveira do Paraná pós-desregulamentação: uma abordagem neoschumpeteriana. **RER.** Rio de Janeiro: vol. 45, n° 02, p. 445-473, abr/jun 2007.

SOUZA, Marcos Antonio de. **A territorialização do agronegócio canaveiro no norte do Paraná:** estudo de caso. 2008. 125 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) Universidade Estadual de Londrina – UEL, 2008.

_____. A dinâmica territorial do agronegócio canaveiro e o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar: notas para um debate. **Campo-Território.** Uberlândia: v. 5, n.º 10. p.148-167, 2010. Disponível em <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewissue.php>>. Acesso em 25 set. 2010.

SZMRECSÁNYI, Tamás J. M. K. **O Planejamento na Agroindústria Canaveira no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1979.

THOMAZ JUNIOR, A. **As formas de controle social do capital agroindustrial canaveiro sobre o trabalho na região de Presidente Prudente.** Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/controle-social-capital-agroindustrial-canaveiro/controle-social-capital-agroindustrial-canaveiro.shtml>>. Acesso em: 15 out. 2009.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os nós da cana: a relação capital-trabalho e o movimento sindical.** São Paulo: Annablume/FAPEESP, 2002

_____. Por uma cruzada contra a fome e o agrohidronegócio – Nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista Pegada.** v. 9, n. 1, 2008. Disponível em <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA%209%201/02-9-1-ThomazJr.pdf>> Acesso em 19 dez. 2009.

_____. “Leitura” geográfica e gestão política na sociedade de classes. **Boletim Gaúcho de Geografia,** Porto Alegre, n.º. 24, p.31-48, 1998. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/thomaz/Fotos%20Tese/Tese_Livre%20Docencia/Textos/VOL2_Final/arquivos_PDF_v2_impress%E3o/Texto%201-V%202-final.pdf> Acesso em 20 set. 2009.

VOLZ, H.L.; PEREIRA, S.R.; SHIKIDA, P.F.A. **Notas e considerações sobre o alcooduto no Paraná.** Toledo: Sober, 2007. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/9/23.pdf>>. Acesso em 15 ago. 2010.

WESTPHALEN, M. C.H. **História do Paraná.** Curitiba: Grafipar, 1969.